

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncia de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados de julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento de Convocação

*Solicita a convocação do
Senador Romero Jucá*

Nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579 de 1952 e do art. 36, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita-se **a convocação do Sr. Senador Romero Jucá** para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com matéria veiculada pelo Jornal Folha de São Paulo, no dia 25.06.2016, um relatório da Polícia Federal produzido durante a Operação Zelotes indica que o senador e ex-ministro (Planejamento) Romero Jucá (PMDB-RR) alterou o conteúdo de uma medida provisória a mando do presidente do Conselho de Administração do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johhanpeter¹.

¹ Matéria disponível no seguinte endereço eletrônico:
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1785521-policia-federal-diz-que-juca-mudou-medida-provisoria-a-pedido-de-gerdau.shtml>

A matéria informa que se trata da MP 627 de 2013, que impactava nas regras de tributação do lucro das multinacionais no exterior e da qual o Senador Romero Jucá era relator-revisor. O texto foi aprovado pelo Congresso e sancionado pela presidência da República com ao menos uma alteração idêntica a que foi sugerida pela Gerda. Assim, de acordo com a publicação: “Para a PF, o material “indica possíveis práticas de negociação ilegal de medidas provisórias[...], tendo como contraprestação doações eleitorais, com elementos que apontam para a participação de condutas (em tese, criminosas)” de Jucá e dos deputados Alfredo Kaefer (PSL-PR) e Jorge Côrte Real (PTB-PE)”.

Ainda de acordo com a reportagem: “A troca de emails que chamou a atenção dos investigadores começa no dia 27 de fevereiro de 2014, cerca de dois meses antes de a MP ser aprovada pelo Congresso. Naquela data, o gabinete do senador envia a Jorge Johannpeter uma mensagem com um trecho da MP. O executivo encaminha o email ao seu consultor jurídico e recebe o que, segundo a PF, era a minuta da resposta que ele endereçou a Jucá. Nela, o assessor acrescenta um outro parágrafo e diz que o texto do parlamentar, como foi enviado, “não atende plenamente”, já que apenas uma das emendas de interesse do grupo havia sido incluída”

A Folha de São Paulo confirmou que o parágrafo acrescido pelo consultor jurídico da Gerda consta na versão final do texto da lei.

Também de acordo com a publicação, o relatório policial salienta que só um dos braços do grupo Gerda doou R\$ 27,3 milhões a partidos políticos em 2014, “destacando-se como maiores recebedores, nessa ordem, PSDB, PT, PSB e PMDB”.

Tendo em vista a gravidade das denúncias que recaem sobre o Senador Romero Jucá, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente convocação

Sala da Comissão, 29 de Junho de 2016

Deputado Ivan Valente
PSOL/SP